

Grupo de Covas tem estratégia para rápida aprovação dos quatro anos

ALEXANDRE POLESI

De Brasília

A liderança do PMDB no Congresso constituinte (o grupo do senador Mário Covas) montou uma estratégia para definir ainda este mês ou no começo de março a aprovação de um mandato de quatro anos para o presidente José Sarney. A fórmula para isso é uma emenda patrocinada pelo comando do partido que fixa em quatro anos o mandato de todos os futuros presidentes, com direito a uma reeleição.

Como esse assunto é matéria da parte permanente da nova Constituição, a emenda deverá ser discutida no máximo em duas ou três semanas, durante a votação do Título IV. Se for aprovada os constituintes virtualmente terão decidido por antecipação o mandato de Sarney, matéria que só seria votada no final dos trabalhos do Congresso constituinte, já nas Disposições Transitórias.

Fusão de emendas

A emenda de quatro anos com reeleição para os futuros presidentes é do senador Fernando Henrique Cardoso (SP), líder do PMDB no Senado. Mas há duas outras emendas correlatas, que poderão ser fundidas no momento da votação. Uma é do senador Mário Covas (SP), líder do partido no Congresso constituinte, fixando em quatro anos o mandato dos futuros presidentes sem mencionar a hipótese de reeleição. Outra é do deputado Euclides Scalco (PR), vice-líder do PMDB, que fixa em quatro anos com direito a uma reeleição o mandato de presidentes, governadores e prefei-



tos. O espírito das três emendas é o mesmo: visa decidir indiretamente o mandato de Sarney antes de esta questão entrar na pauta de votação. Hoje o texto da Sistematização fixa em quatro anos o mandato de Sarney e em cinco o dos futuros presidentes.

O objetivo político da proposta é claro: se vencer o mandato de quatro anos para os futuros presidentes, estará desmontado o principal argumento ético dos que até agora defendiam um mandato de cinco anos — o de que o Congresso constituinte não poderia “discriminar” o atual presidente votando para ele um mandato menor que o dos demais.

Será também uma espécie de “saída honrosa” para os atuais “cincoanistas” que querem voltar atrás e votar pelos quatro anos mas temem o desgaste provocado por este recuo. Segundo Euclides Scalco, a emenda de quatro anos com reeleição tem encontrado “boa receptividade” no plenário do Congresso constituinte.

Quércia

A melhor indicação dessa receptividade é o apoio à emenda dado pelo deputado Roberto Rollemberg (PMDB-SP), coordenador da bancada paulista do PMDB. Aliado do governador Orestes Quércia, Rollemberg era até a semana passada um convicto “cincoanista”. Chegou a apresentar uma emenda, em fases anteriores do Congresso constituinte, fixando em cinco anos o mandato do atual e dos futuros presidentes.

Segundo Rollemberg, o fato do ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, ter defendido eleições gerais este ano seria uma indicação de que o governo já admite um mandato de quatro anos. Daí porque “ninguém vai querer ser mais realista que o rei” e votar pelos cinco anos na Constituinte, disse Rollemberg.

Mandato



Senador Fernando Henrique Cardoso



Senador Jarbas Passarinho (PDS-PA)

Por que quatro anos

Senador Fernando Henrique Cardoso (SP), 56, líder do PMDB no Senado: “Politicamente o governo Sarney tem um compromisso básico com o movimento que elegeu Tancredo Neves: completar a transição democrática. Ora, esta se completa com a promulgação da Constituição e com a escolha do novo presidente através do voto popular. Qualquer outro argumento é frágil diante deste imperativo político. O argumento baseado na intocabilidade dos mandatos resguardados pela Constituição do regime militar não procede. Primeiro pelo que disse anteriormente, e depois porque o próprio presidente Sarney, no discurso relativo à convocação da Assembleia Nacional Constituinte, concordou em tese com a redução do seu mandato. Além disso a Constituinte pode, soberanamente, tudo decidir em matéria institucional. Seu limite é a vontade do povo.”

Por que cinco anos

Senador Jarbas Passarinho (PA), 68, presidente nacional do PDS: “Defendo o mandato de cinco anos por dois motivos, um econômico e outro político. O efeito de uma eleição sobre os tesouros federal, estadual e municipal seria tremendo. Faria um rombo no déficit público e a inflação ficaria fora de controle. Uma eleição presidencial faria com que o Congresso Nacional parasse seus trabalhos, porque todo mundo se engajariam na campanha. A legislação complementar e ordinária não seria feita. Os deputados estaduais se engajariam nas campanhas, prejudicando as assembleias constituintes estaduais. Seria um tumulto político altamente nefasto. Mas a desvantagem da minha posição é não atender um anseio popular. Minhas razões podem ser eliminadas por este anseio. Podemos todos ir de roldão junto com a sociedade.”